



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

**RELATÓRIO ANUAL DE ATUAÇÃO DA COMISSÃO,
ACERCA DA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

Dezembro - 2024

1) Apresentação

O Ato da Presidência nº 66/19, instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, designando suas atribuições. Ressalte-se que este Ato foi anterior à Resolução nº 401/21, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de Unidades de Acessibilidade e Inclusão. Assim, demonstra-se a sensibilidade que o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) já possuía quanto à necessidade de fomentar questões pertinentes à acessibilidade e inclusão. Com a edição da Resolução do CNJ, e conforme suas diretrizes, foram feitos ajustes, especialmente quanto à composição da Comissão, conforme as especificações recomendadas no art. 25 do citado normativo.

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - COMPACI, tem como competência, conforme disposto na Resolução CNJ, em seu art. 26:

“I – propor, orientar e acompanhar em nível estratégico as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

II – propor à Presidência do órgão a edição ou alteração de normas e orientações que disponham, parcial ou integralmente, sobre matéria da área de atuação da Comissão; e

III – aprovar relatório anual de atuação da Comissão, acerca da promoção da acessibilidade e inclusão no órgão.”

Assim, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão tem atuação institucional, em nível estratégico, acompanhando as ações de acessibilidade e inclusão, de diálogo com a Administração para o caso de edição ou alteração de normativo sobre matéria da área de atuação da Comissão e de aprovação de relatório anual de atuação da Comissão. Porém, vale destacar que, mesmo a Resolução CNJ nº 401/21 não

estabelecendo reuniões regulares para a Comissão, registra-se que houve reuniões durante o decorrer do ano, com diretrizes e encaminhamentos decorrentes delas.

Por fim, no decorrer deste documento, serão apresentados a atual composição da Comissão, seus normativos, as ações realizadas, a partir das deliberações oriundas das reuniões ordinárias, e sua conclusão.

2) Composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - COMPACI

NOME	CARGO	FUNÇÃO
Romero Marcelo de Fonseca Oliveira	Desembargador	Presidente
Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz de Direito	Membro
Marieta Dantas Tavares de Melo	Gerência de Engenharia e Arquitetura	Membro
Valéria Lúcia Winkeler Beltrão	Gerência de Qualidade de Vida	Membro
Maria do Socorro Belarmino de Souza	Pedagoga - PcD	Membro
Daiane Lins da Silva Firino	Pedagoga - ESMA	Membro
Washington Rocha de Aquino	Gerência de Pesquisas Jurídicas - PcD	Membro
Cássio Higino de Freitas	Coordenação de Sistemas Administrativos da Diretoria de Tecnologia da Informação	Membro
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerência de Projetos e Gestão Estratégica	Membro
Mário Heitor Medeiros dos Santos	Núcleo de Gestão Socioambiental	Membro

3) Reuniões ordinárias

3.1) Primeira reunião ordinária - 27/02/24

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2024/07/_Ata_27_02_24_1a_reuniao_COMPACI_UNAI_-_ASSINADO_2_0_0.pdf

3.2) Segunda reunião ordinária - 25/07/2024

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2024/07/Ata_25_07_24_2a_reuniao_COMPACI_UNAI_-_ASSINADO_1_0_0.pdf

4) Normativos

4.1) Ato da Presidência nº 66/19 - Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça da Paraíba

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_presidencia_no_66_2019_.pdf

4.2) Resolução nº 401/21, do Conselho Nacional de Justiça

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3987>

4.3) Resolução nº 35/21, do Tribunal de Justiça da Paraíba

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/resolucao_no_35_-_condicoes_especiais_de_trabalho_1.pdf

4.4) Ato da Presidência nº 25/2023 - Nova composição da Comissão

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2023/02/Ato_da_Presidencia_no_25-2023_COMPACI_-_assinado.pdf

4.5) Ato da Presidência nº 22/2023 - Nova composição da UNAI

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2023/02/Ato_da_Presidencia_no_22-2023_UNAI_-_assinado.pdf

5) Ações

Os encaminhamentos para análise e implementação das ações, iniciaram-se a partir dos debates e deliberações oriundos das reuniões ordinárias, e tem o objetivo de auxiliar a Gestão na promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Assim, o Tribunal pode dar garantia de que pessoas com deficiência tenham acesso pleno e efetivo à comunicação e à informação nos serviços judiciais, por meio da adoção de *meios, formatos e tecnologias acessíveis* — como Libras, Braille, audiodescrição, legendagem, linguagem simples e comunicações táteis. Isso é uma das dimensões da acessibilidade judicial que visa eliminar barreiras na comunicação de modo que todas as pessoas — independentemente de deficiências possam ser incluídas. Assim, numa atuação perene do Tribunal, foram realizados 29 eventos, sendo que 21 deles foram realizados procurando interagir com equidade e acesso pleno e efetivo à comunicação e à informação dos serviços

disponibilizados pelo Judiciário. A seguir, apresentamos algumas ações referentes à acessibilidade comunicacional, acessibilidade tecnológica e os cursos oferecidos.

5.1 Acessibilidade Comunicacional

SOLENIIDADES DO TJPB QUE CONTARAM COM A PARTICIPAÇÃO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS

Solenidade		Data	Hora	Local
1	Solenidade de Outorga da Medalha e Diploma da Ordem do Mérito Judiciário, na categoria alta distinção, ao Ministro do STJ, Benedito Gonçalves.	19/08/24	09h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB
2	Solenidade de Posse do Juiz de Direito, Onaldo Rocha de Queiroga no cargo de desembargador do TJPB	10/10/24	15h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB
3	Solenidade de Posse do Juiz de Direito, José Guedes Cavalcanti Neto, no cargo de desembargador do TJPB	11/10/24	16h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB
4	Solenidade de Posse da advogada, Anna Carla Lopes Correia Lima De Freitas, no cargo de desembargadora do TJPB	12/10/24	15h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB
5	Solenidade de Posse do Promotor de Justiça do MPPB, Francisco Seráfico Ferraz Da Nóbrega Filho, no cargo de desembargador do TJPB	22/10/24	15h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB
6	Solenidade de Posse do Juiz de Direito, Wolfram da Cunha Ramos, no cargo de desembargador do TJPB	24/10/24	15h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB
7	XIII CONSEPRE (solenidade de abertura)	06/11/24	18h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TJPB

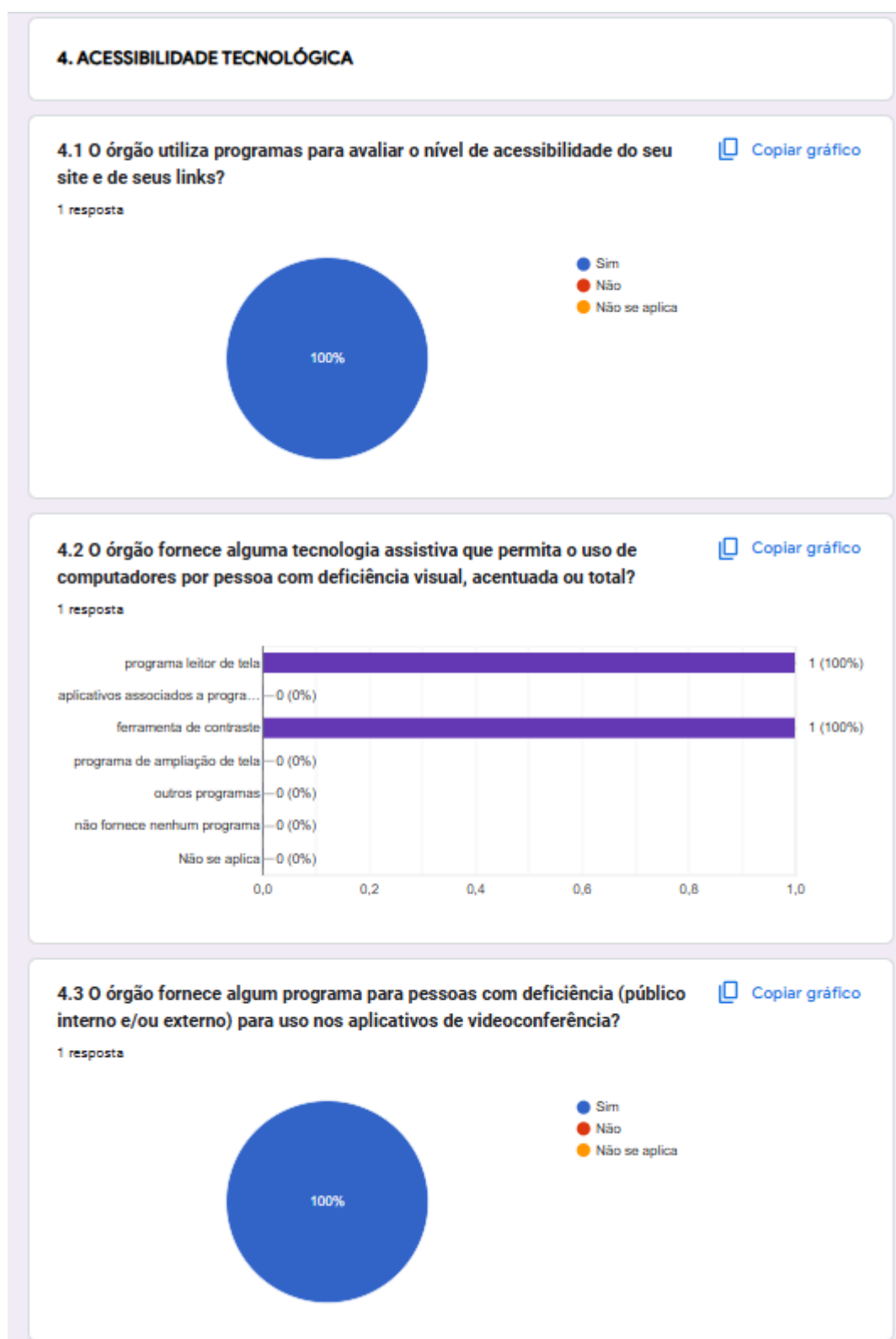
Links de algumas matérias:

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-da-paraiba-empossa-onaldo-queiroga-como-novo-desembargador-da-corte>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/representantes-de-tribunais-de-justica-de-26-estados-participam-da-abertura-do-xiii-consepre>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/pleno-do-tjpb-da-posse-a-anna-carla-lopes-e-corte-passa-a-cotar-com-cinco-mulheres-em-sua>

5.2 Acessibilidade Tecnológica - A partir da pesquisa realizada sobre alguns indicadores relacionados à Acessibilidade Tecnológica, a Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC apresentou os seguintes dados, conforme imagem a seguir:



5.3 Realização de ação de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência - O Tribunal, através de sua Comissão e com ênfase no viés pedagógico, solicitou que fossem realizados cursos e webinários, tendo a Escola Superior da Magistratura - ESMA, atendido aos pedidos da própria Comissão, mas também de outras Comissões que estavam alinhadas à temática da acessibilidade, conforme documento da ESMA.



AÇÕES PEDAGÓGICAS PROMOVIDAS PELA ESMA EM 2024 QUE ESTÃO ALINHADAS À TEMÁTICA DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAPACITAÇÃO	DATA	MODALIDADE	PÚBLICO ALVO	CARGA HORÁRIA
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - Módulo I	20/02 a 28/03/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	40h
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - Módulo II	10/06 a 23/07/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	40h
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - Módulo III	11/09 a 20/10/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	40h
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - Módulo IV	04/11 a 08/12/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	40h
Legislação e atendimento aplicado à pessoa com deficiência	03/05 a 27/05/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	20h
Qualidade do atendimento no setor público às situações de vulnerabilidade: crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência e LGBTQIAP+	02/05 a 09/06/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	40h
Acessibilidade Digital: Aspectos fundamentais e ferramentas tecnológicas voltadas para aplicações e dispositivos acessíveis	16/10 a 12/11/2024	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	12h
Autismo: legislação e acessibilidade jurídica	11/11 a 08/12	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	12h
Acessibilidade digital: aspectos fundamentais e desenvolvimento acessível voltados para aplicações e	25/11 a 06/12	Curso EaD	Servidores(as) e Magistrados(as)	12h

6) Conclusão

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão vem deliberando as ações a serem efetivadas, com a contribuição de algumas Diretorias, Gerências e demais setores e, a partir da solicitação desta Comissão sobre a necessidade de formação, através da Escola Superior da Magistratura - ESMA.

Por fim, as ações apresentadas seguem o fluxo normal de tramitação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com envolvimento e dedicação de todos(as) para que, efetivamente, a Comissão seja um canal fomentador para o reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência dentro do Judiciário Estadual Paraibano.

FABIO JOSE DE
OLIVEIRA
ARAUJO:4712706

Assinado de forma digital por
FABIO JOSE DE OLIVEIRA
ARAUJO:4712706
Dados: 2025.01.29 09:47:24 -03'00'

Fábio José de Oliveira Araújo
Juiz Auxiliar da Presidência
Coordenador da Unidade de Acessibilidade e Inclusão
(em substituição ao Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, que se aposentou)